



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Polícia Militar
Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação

Edital de Licitação nº 38/2026

Processo nº SEI-350192/000122/2022

PREGÃO ELETRÔNICO

nº 90021/2026

CONTRATANTE (Unidade Gestora – UG: 927570)

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR – SEPM

OBJETO

Aquisição de equipamentos para controle e gestão das reservas únicas de materiais bélicos (RUMB), conforme Extrato de Plano de Trabalho do Convênio 920456/2021, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 444.678,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais),

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/04/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço unitário por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2026

Torna-se público que O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SEPM, inscrita no CNPJ sob o nº 32.690.668/0001-02, com sede na Rua Evaristo da Veiga, 78 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto nº 48.778, de 2023, e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos para controle e gestão das reservas únicas de materiais bélicos (RUMB), conforme Extrato de Plano de Trabalho do Convênio 920456/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O quadro abaixo exemplificará os objetos a serem licitados com a presente contratação, referente à determinados itens da Meta 3 do Convênio 920456/2021, bem como os seus quantitativos.

Item	CATM AT	Descrição do item	Unidade de fornecimento	Quantidade
1	483505	Computador	UN	75
2	483505	Computador <u>Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP</u>	UN	25
3	326521	Dispositivo Óptico de Reconhecimento de Impressão Digital <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100
4	603682	Leitor Portátil de RFID	UN	75
5	603682	Leitor Portátil de RFID <u>Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP</u>	UN	25
6	475247	Etiqueta (Tag) de RFID <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	6400
7	456590	Teclado Numérico para Computador	UN	100

		Exclusividade em favor de ME/EPP		

1.3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários à realização da aquisição ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DETALHAMENTO DOTACIONAL	
RECURSO DE CONVÊNIO - CONTRAPARTIDA	
Unidade Orçamentária:	51010 – Secretaria de Estado de Polícia Militar
Programa de Trabalho:	06.122. 0002. 2016 - Manut Ativid Operacionais / Administrativas
Objetivo:	Aquisição de equipamentos para controle e gestão das Reservas Únicas de Materiais Bélicos (RUMB)
Fonte de Recurso:	700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da U... 212 - Outras Transferências - Convênios ou Instrumentos Congêneres - União
Natureza de Despesa:	449000 - A definir

Valor Orçamentário Reservado:	R\$ 444.678,00
-------------------------------	----------------

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de compras do governo federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item 2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens 2, 4 e 5 haverá a participação sendo exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.6. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e no Decreto n.º 42.063, de 2009, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o

agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

2.7. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

2.8.9. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

2.8.10. sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.3 e 2.8.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.3 e 2.8.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3. DAS DECLARAÇÕES E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.5. cumpre as exigências de elaboração independente de proposta previstas no Decreto nº 43.150, de 24 de agosto de 2011;

3.3.6. Caso o objeto seja uma prestação de serviços, que cumpre a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei estadual nº 7.382, de 14 de junho de 2016.

3.3.7. que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5. falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3 e [3.4](#) sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e das declarações pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, conforme disposto no item 5.9, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item [3.9](#) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, tendo em vista que os bens que serão fornecidos não se enquadram nas vedações constantes no art. 17 da Lei Complementar nº 123/06.

4.8. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021);

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.11.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item [5.12](#), poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de

classificação.

5.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 42.063](#), de 2009.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta

para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
 - e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
 - f) módulo Registro de Ocorrências do SIGA.
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.7 e [3.4](#) deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos [artigos 32 a 38 do](#) Decreto nº 48.778, de 30 de outubro de 2023.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.
- 6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 37 do Decreto nº 48.778, de 30 de outubro de 2023.
- 6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação que trata o Anexo referente aos requisitos de habilitação deste Edital apenas ao licitante vencedor.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo pregoeiro por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos.

7.2.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o pregoeiro, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.2.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.

7.2.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.3. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.4. O pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

7.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

7.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.8.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 42.063/2009.

7.10. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, cujo valor estimado da contratação não supere o limite do disposto na alínea "c" do inciso IV do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para

pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida:

- a) das pessoas jurídicas, a comprovação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal estadual, à Seguridade Social e ao FGTS e a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- b) das pessoas físicas, a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Estadual.

7.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.11.1. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

7.11.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8. DOS RECURSOS

8.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 15 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional: pregoes_dlp@pmerj.rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento, contados:

- a) a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

8.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.1.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.2. Caberá ao pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

8.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

9.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

9.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

9.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

9.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

9.1.12 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

9.2 O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 9.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 9.1.1 a 9.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 9.1.1, incidente sobre o valor total do contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 9.1.2 a 9.1.7, incidente sobre o valor total do contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, incidente sobre o valor total do contrato;

d) multa de 0,5% a 15% incidente sobre o valor total do contrato, caso não comprovado, no prazo estabelecido pela fiscalização, o cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução, quando for o caso, do contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, na forma do art. 50 da Lei nº 14.133/2021, em especial quanto ao:

- i) registro de ponto;
- ii) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- iii) comprovante de depósito do FGTS;
- iv) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- v) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do Contrato; e
- vi) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

9.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 9.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

9.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

9.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 9.13.

9.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 9.1.2 a 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

9.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento).

9.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 9.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

9.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e

promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

9.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

9.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

9.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

9.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

9.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 9.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário de Estado;
ou

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (função e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

9.7 A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

9.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

9.7.2 A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 9.2.1 e 9.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 9.2.3 e 9.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

9.8 A aplicação das sanções previstas no edital e no contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 9.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

9.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à

autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

9.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no edital e/ou no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado.

9.11.1 O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

9.12 O contratante deverá remeter para o Órgão Central de Logística (SUBLOG) o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

9.12.1 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

9.13 Caso não seja efetuado o pagamento da multa aplicada ou o valor seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor total ou do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

9.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

9.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail funcional pregoes_dlp@pmerj-rj.gov.br, mediante confirmação de recebimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente conforme art. 33 do Decreto nº 48.650, de 2023, nos autos do processo de licitação.

10.5. Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

11.2. Exigir-se-á do fornecedor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória do objeto.

11.2.1. Caso o prazo de vigência do contrato seja inferior a um ano, a garantia prevista no item 11.2 será calculada sobre o valor total do Contrato.

11.2.2. Na forma do art. 101 da Lei nº 14.133/2021, nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

11.3. **GARANTIA DO OBJETO**

11.3.1. A CONTRATADA deverá declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo.

11.3.2. A garantia abrange a substituição de peças e/ou componentes dos equipamentos que apresentem problemas, em que as substituídas deverão ser novas, em configuração igual ou superior à substituída;

11.3.3. A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergência nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

11.3.4. Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA, acordando o prazo para correção dos defeitos ou substituição do produto, caso não tenha sido estipulado pela CONTRATANTE;

11.4. O CONTRATADO poderá optar pelas seguintes modalidades de garantia:

11.4.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

11.4.2. seguro-garantia; e

11.4.3. fiança bancária.

11.4.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

11.5. Qualquer que seja a modalidade escolhida pelo CONTRATADO, a garantia assegurará o pagamento de:

11.5.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações neste previstas;

11.5.2 multas moratórias, compensatórias e administrativas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e

11.5.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

11.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do Contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência.

11.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.8. Ressalvada a hipótese de seguro-garantia, em que deverá ser observado o prazo do item 11.8, o CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, o comprovante de prestação de garantia, na forma do item 11.3.

11.9. Caso oferecida a modalidade de seguro-garantia, sua apresentação deve ocorrer em 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, e observar-se-ão as seguintes condições:

11.9.1 a apólice permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.9.2 a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

11.9.3 será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste Contrato; e

11.9.4 a apólice somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.4, observada a legislação que rege a matéria.

11.10. Em caso de oferecimento de títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.11. Caso a opção seja por fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. Caso a opção seja por garantia em dinheiro, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, na conta corrente e agência, da instituição financeira contratada pelo Estado, BRADESCO, a ser informada pelo setor responsável no ato da assinatura do contrato, cujo valor será corrigido monetariamente e restituído ao CONTRATADO, na forma do item 11.18.

11.13. O CONTRATADO obriga-se a fazer a reposição, a suplementação ou a renovação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado, no caso desta ser executada, total ou parcialmente, ou o Contrato for prorrogado ou tiver o seu valor alterado, assim como em qualquer outra situação que exija a manutenção da condição disposta no item 11.2 neste item.

11.14. A inobservância do prazo fixado para apresentação, reposição, suplementação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa e/ou outras penalidades, na forma disposta no contrato.

11.14.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, com a aplicação das sanções cabíveis.

11.15. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.15.1 Caso se trate de contrato de prestação de serviços com mão-de-obra exclusiva, se o pagamento das verbas devidas aos empregados vinculados ao Contrato não ocorrer até o fim do

segundo mês, após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser executada para o pagamento das verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.16. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.16.1 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

11.17. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança, título da dívida pública ou autorização para a liberação da caução em dinheiro, atualizada monetariamente, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.18.1 A garantia somente será liberada ou restituída, após a fiel execução do Contrato ou pela sua extinção, por culpa exclusiva da Administração, ou quando assim convencionado, em se tratando de extinção consensual da contratação.

11.18.2 Caso se trate de contrato de prestação de serviços com mão-de-obra exclusiva, a garantia somente será liberada ou restituída ante a comprovação de que o CONTRATADO pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.19. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no edital e neste Contrato.

12. PAGAMENTO

12.1. O CONTRATANTE deverá pagar o preço ao CONTRATADO à vista, em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo, na forma do item 12 do Termo de Referência, na conta corrente de titularidade do CONTRATADO a ser indicada, junto à instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro.

12.2. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

12.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48817/2023.

12.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

12.4. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Diretoria de Infraestruturas de Tecnologia (DIT), situada no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC),

localizado à Rua Carmo Neto, S/N, Cidade Nova/RJ, CEP: 20210-051, no Estado do Rio de Janeiro ou para o endereço eletrônico: dit@pmerj.rj.gov.br.

12.4.1 No caso de contrato de prestação de serviços com mão-de-obra exclusiva, na forma do art. 50 c/c o art. 121, § 3º, II, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 28, I a VII, §§2º e 3º, do Decreto nº 48.817, de 2023, os documentos descritos no item 12.4 deverão ser acompanhados:

- a) do registro de ponto;
- b) da comprovação de que está pagando as verbas salariais, incluídos adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, décimo terceiro salário e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento.
- c) da comprovação de que está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação, na forma prevista na norma coletiva;
- d) da anotação das Carteiras de Trabalho e Previdência Social;
- e) do recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- f) do recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data de extinção do contrato;
- g) comprovante de depósito do FGTS; e
- h) cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação de serviços.

12.5. Uma vez recebidos os documentos mencionados no item 12.4, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

12.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE

deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.5.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

12.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação, ressalvado o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, no art. 29 do Decreto nº 48.817, de 2023, e no Termo de Referência.

12.6. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo, conforme item 12 do Termo de Referência.

12.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

12.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.7.2 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

12.8. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IGPM, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

12.9. O CONTRATADO deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016 e do Convênio CONFAZ nº 26/2003.

12.10. Caso o CONTRATADO não esteja aplicando o regime de cotas na forma da Lei estadual nº 7.258, de 12 de abril de 2016, deste edital e do contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do Contrato.

13. PRAZO CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

13.2. Nos casos de serviços e fornecimentos contínuos, o prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as condições previstas no Contrato, e mediante a celebração de termo aditivo.

13.3. Nos contratos por escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento e no Contrato.

14. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

14.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, por tratar-se de aquisição com entrega única, exceto nas hipóteses do art. 124 da Lei 14.133/2021, desde que devidamente comprovadas, conforme item 26. do Termo de Referência.

15. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

15.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital, na forma do Decreto nº 48.817, de 2023.

16. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

16.4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

16.6. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 16.4.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

17.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

17.11.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar

17.11.4. ANEXO IV – Documentação exigida para Habilitação

17.11.5. ANEXO V – Orçamento estimado

17.11.6. ANEXO VI – Modelo de apresentação da proposta

(assinado eletronicamente)

Bruno **Amaral** de Magalhães - Ten Cel PM
Diretor-Geral Eventual de Tecnologia da Informação e Comunicação
ID FUNC. 24470538

Ordenador de Despesas Secundário através da Resolução SEPM n.º 6.386 de 04 de setembro de 2024 - DOERJ n.º 167 de 06/09/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Amaral de Magalhães, Tenente Coronel Polícia Militar**, em 06/04/2026, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **128786648** e o código CRC **A272D24A**.

TERMO DE REFERÊNCIA RUMB DIGITAL 16/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2024	927570-SEC. DE EST. DA POLICIA MILITAR DO EST. DO RJ	LUANA PELOSI FRANCA	17/04/2024 17:39 (v 3.1)

Status
PUBLICADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		SEI-350192/000122 /2022

1. 1. OBJETIVO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 O presente Termo de Referência foi elaborado, com base no Estudo Técnico Preliminar, contido no SEI-350192/000122/2022 e se destina à aquisição de equipamentos para controle e gestão das reservas únicas de materiais bélicos (RUMB), conforme Plano de Trabalho (44873976) do Convênio 920456/2021.

1.2 O objeto do presente certame se enquadra na classificação de objeto comum. Vale ressaltar que a presente contratação abrangerá a aquisição dos equipamentos, já que a verba do Convênio foi destinada para este fim. Portanto, a presente contratação não abrangerá instalação, manutenção e assistência técnica.

1.3. A pretensa contratação será realizada em âmbito Nacional, por meio de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

1.4 A contratação em tela dar-se-á com base no Regime de Contratação da Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 81 de 25 de novembro de 2022, e demais legislações pertinentes federais e estaduais, levando-se em conta a natureza da verba cedida, conforme dispõe o item 3.2.2 do presente documento.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Levando-se em conta que as RUMBs (Reserva Única de Material Bélico) são um local de extrema importância, deve-se providenciar todas as medidas necessárias de segurança, por ser um local guardião de diversos materiais sensíveis e que podem facilmente, se não controlados, gerar vulnerabilidades sociais e até mesmo irreversíveis.

Logo, são de grande valia os investimentos feitos para a melhoria de tais locais e dos materiais ali guardados, diante do caráter peculiar e relevante dos materiais bélicos.

Há, portanto, a evidente necessidade de se promover investimentos e desenvolvimentos de projetos estruturantes de inovação tecnológica, que propiciará maior segurança aos materiais bélicos da Polícia Militar, que propiciará benefícios aos Policiais Militares e reduzirá os déficits históricos de bens bélicos da Instituição.

A presente contratação visa aprimorar o controle administrativo de estoque, armazenamento, recebimento e entrega de material bélico aos Policiais Militares. O investimento em sistemas digitalizados e tecnológicos será de grande valia, dada a natureza dos materiais existentes nas RUMBs, além de que proporcionará a evidente melhoria na capacidade operacional da Corporação.

A aquisição dos equipamentos em tela acarreterá em um controle mais eficiente e em movimentações dos materiais bélicos mais transparentes, propiciando uma melhor gestão e segurança à Corporação. Ademais, resta evidente que a utilização de elementos tecnológicos resultará em retiradas e devoluções dos materiais bélicos mais céleres, resultando uma maior eficiência na gestão dos equipamentos.

Dessa maneira, com a presente contratação haverá evidente melhoria na retirada, devoluções, recebimento e armazenamento dos materiais bélicos, além de aprimorar os controles de estoque, rastreamento da origem e destino dos materiais e o monitoramento eficaz de utilização dos equipamentos.

Resta claro, que tal contratação facilitará a apuração de procedimentos administrativos ou até mesmo judiciais, fortalecerá campos de investigações, além de que extrairá evidências confiáveis.

Tais equipamentos, portanto, serão cruciais para gerar maior segurança na utilização e controle dos materiais bélicos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o que será uma salvaguarda eficaz contra imprudências e fraudes, uma vez que serão eficientes para proporcionar maior controle.

Vale ressaltar que os objetos pretendidos neste Termo de Referência, não possuem estoque na SEPM.

3. OBJETO

A presente contratação visa a aquisição de equipamentos para controle e gestão das reservas únicas de materiais bélicos (RUMB). Todos os objetos em tela possuem natureza comum no mercado, sem que haja qualquer complexidade nos bens a serem adquiridos.

O quadro abaixo exemplificará os objetos a serem licitados com a presente contratação, referente à determinados itens da Meta 3 do Convênio 920456/2021, bem como os seus quantitativos.

Item	CATMAT	Descrição do item	Unidade de fornecimento	Quantidade
1	483505	Computador	UN	75
2	483505	Computador <u>Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP</u>	UN	25
3	326521	Dispositivo Óptico de Reconhecimento de Impressão Digital <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100
4	603682	Leitor Portátil de RFID	UN	75
5	603682	Leitor Portátil de RFID <u>Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP</u>	UN	25
6	475247	Etiqueta (Tag) de RFID <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	6400
7	456590	Teclado Numérico para Computador <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100

Para fins de características e detalhamento dos objetos constantes no item anterior, prevalecerão as especificações técnicas contidas no Apêndice I deste Termo de Referência.

Vale ressaltar que a contratação em tela não abrange a instalação, manutenção e nem assistência técnica, já que trata-se de objetos com entrega única, ou seja, de simples aquisição.

3.1 Ciclo de vida do objeto

Os objetos em tela possuem normalmente, longevidade em seu uso. Além disso, os objetos em tela em sua normalidade, não acarretarão grandes dispêndios financeiros para a Administração Pública para a sua conservação, por serem objetos que não carecem, normalmente, de frequentes manutenções corretivas.

Além disso, os objetos em tela não acarretam em impactos ambientais e nem ferem critérios de sustentabilidade, durante sua fabricação, utilização e descartes, quando feito de acordo com a legislação competente.

3.2 Requisitos da contratação:

3.2.1 Requisitos de negócios

Aquisição de equipamentos para implementação de sistema digitalizado de identificação através de biometria, em todas as RUMBs das Unidades da PMERJ;

Uniformidade dos equipamentos e das instalações nas RUMBs;

Confiabilidade no funcionamento do sistema digitalizado;

Longevidade dos equipamentos considerando todo o seu ciclo de vida após a aquisição, na condição de uso contínuo 24 x 7 x 365.

3.2.2 Requisitos legais

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 | Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Decreto nº 3.555/00 - Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto nº 48.816 de 24 de novembro de 2023 / Regulamenta a fase preparatória das contratações que trata a Lei nº 14.133/2021.

Decreto nº 48.778 de 30 de outubro de 2023 / Regulamenta as licitações pelos critérios de julgamento por Menor Preço;

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 | Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Instrução Normativa SEGES Nº 81 de 25 de novembro de 2022;

Nota Técnica nº 6 de 1º de fevereiro de 2023 do TCE/RJ;

O futuro é o que nos guia: Plano Estratégico 2020-2024 (PEs SEPM 2020-2024);

Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PEDTIC 2023-2024).

3.2.3 Requisitos temporais

A contratação deverá estar concluída e disponibilizada para uso ao final do 2º semestre de 2024.

3.2.4 Requisitos de sustentabilidade

Os equipamentos deverão vir preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem, sem impactar critérios de sustentabilidade;

As embalagens e demais materiais que não integrarem os objetos da contratação deverão ser descartados em locais apropriados, conforme boa prática e legislação vigente referente às normas ambientais locais e regionais.

4. MEMÓRIA DE CÁLCULO

A memória de cálculo para a presente contratação foi obtida considerando a quantidade de Unidades da PMERJ que possuem RUMB e a consequente distribuição para cada uma delas.

Foram estabelecidas as quantidades a partir de comunicação via SEI e reunião realizada, no dia 14 de março de 2024, entre o Coordenador de Projetos da DGTIC, o Major Biancovilli da PM/4 e o TEN Faulhaber da PM/4, em que ficou definido que as reservas técnicas previstas nos estudos anteriores serão distribuídas para Unidades com depósitos de munição e armamentos conforme descritos no Apêndice II.

No tocante à distribuição das etiquetas (TAG) RFID as mesmas serão instaladas em Fuzis da Corporação, considerando que os 6400 TAG correspondem à quantidade do referido armamento. Tais informações podem ser consultadas no processo SEI-350011/000518/2024.

O quantitativo de equipamentos a serem adquiridos encontra-se disposto no Apêndice II.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os valores apresentados a seguir foram obtidos através de pesquisas, em fase de Estudo Técnico Preliminar, conforme item 4.2 do ETP, servindo apenas como parâmetro balizador ao ordenador de despesas, devendo ser ratificado e realizado pelo setor de Pesquisa de Preços competente, em momento oportuno e posterior.

O valor estimado total da contratação, referente a Meta 3 do Convênio supracitado, foi de **R\$ 1.194.312,00 (um milhão cento e noventa e quatro mil trezentos e doze reais)** conforme devidamente comprovado no Estudo Técnico Preliminar, em seu item 5.2.

6. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 O local para a entrega dos equipamentos pela CONTRATADA à CONTRATANTE, será realizado na Diretoria de Infraestruturas de Tecnologia (DIT), no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), localizado à Rua Carmo Neto, S/N, Cidade Nova/RJ, CEP: 20210-051;

6.2 O horário de realização da entrega poderá ser de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial, ou em outro horário que seja objeto de acordo mútuo entre CONTRATADA e CONTRATANTE, mediante agendamento prévio, por meio do e-mail.

6.3 A entrega deverá ocorrer de FORMA ÚNICA em até 15 (quinze) dias úteis, após a Emissão da Ordem de Fornecimento;

6.4 O prazo acima descrito somente poderá ser objeto de prorrogação, mediante justa justificativa, mediante concordância da Diretoria de Infraestruturas de Tecnologia (DIT);

6.5 Todos os custos referentes à entrega dos objetos da presente contratação, como impostos, taxas, pedágios, fretes e todas as demais despesas, serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

6.6 A empresa deverá comunicar à DIT, com 72 hs de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos produtos, inclusive informando o preposto que a realizará, por meio do telefone (21) 2276-6502;

7. PARCELAMENTO DO OBJETO

As aquisições efetuadas pela Administração Pública devem respeitar os princípios do fracionamento/parcelamento, quando este for tecnicamente possível e economicamente benéfico, de acordo com o estipulado no art. 40, V, b, e no art. 47, II, ambos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Essa regra tem como objetivo fomentar uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da concorrência do certame sem comprometer a economia de escala.

O parcelamento da contratação amplia a competitividade, aumentando o número de interessados com condições de participar do certame. O parcelamento não apenas propicia o princípio da isonomia, como também da eficiência da contratação.

No presente caso, não se vislumbra nenhuma das hipóteses constantes no §3º do artigo 40 da Lei 14.133/2021, que impossibilitaria o parcelamento da contratação. Dessa forma, em atendimento à Súmula 247 do Tribunal de Contas da União, bem como do Enunciado nº 45 da PGE-RJ, **haverá no presente caso o parcelamento por item.**

O objetivo do parcelamento por item é propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade da contratação, possam fazê-lo com relação a itens.

"É obrigatória à admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, **cujo objeto seja divisível**, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." **Súmula nº 247.** (Grifo nosso).

"(...) 1. O objeto da contratação deve ser dividido em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, priorizando-se a admissão da adjudicação por item e não por preço global, levando-se em consideração o melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala(...)

(...) 3. O objetivo da divisão do objeto é propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas."

Enunciado nº 45 - PGE: Recomendação de divisão do objeto a ser contratado. (Grifo nosso).

8. RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 O objeto será recebido provisoriamente em até **5 (cinco) dias** após parecer circunstanciado da Comissão de Fiscalização, para efeito de verificação da conformidade do material com as especificações constantes neste Termo de Referência, emitindo, ao término do recebimento, o Termo de Recebimento Provisório.

8.2 O objeto será recebido definitivamente pelo Gestor do Contrato em até **10 (dez) dias** corridos contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação, emitindo, ao término do recebimento, o Termo de Recebimento Definitivo.

9. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE/ACEITE DO OBJETO

9.1 O recebimento do objeto estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, cabendo à verificação aos representantes da Contratante;

9.2 Caso as especificações estejam fora dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência, o objeto será rejeitado pela Comissão de Fiscalização da SEPM;

9.3 A qualidade será avaliada com base nas análises visual, tecnológica e usuais dos objetos, para que se atenda as especificações técnicas;

9.4 Os objetos serão considerados entregues, quando todos estiverem entregues e em conformidade com as Especificações Técnicas;

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/FINANCEIRA

Por tratar-se de bens que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais, de fácil aquisição no mercado, não há a necessidade de apresentação de Atestado de Qualificação Técnica.

No presente caso, optou-se por não se exigir qualificação econômica financeira, uma vez que o objeto em tela não possui qualquer complexidade ou expressão econômica, que poderia acarretar riscos para a execução do contrato ou para a Administração Pública.

11. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ÓRGÃO

A Execução orçamentária para a presente contratação é proveniente do Convênio Plataforma + Brasil nº 920456/2021, conforme consta no processo SEI- 350192/000122 /2022, index. 44873984.

Os objetos tratados na presente contratação estão disponibilizados na Meta 3 do supracitado do Convênio.

Vale ressaltar que a presente demanda está em processo de inclusão no PCA 2024, conforme SEI-350094/001276/2023, index 65785015.

Além disso, o presente projeto está incluído no Plano Estratégico 2020-2024 (PEs SEPM 2020-2024), bem como no Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PEDTIC 2023-2024), conforme consta no Bol da PM nº 100 de 31 de maio de 2023.

12. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado, à vista, em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo, obrigatoriamente por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A. Cabendo ressaltar, que o número da conta e a agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do Contrato.

12.2 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

12.3 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à Contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Termo serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

12.4 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

12.5 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

12.6 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

12.7 A SEPM se reserva o direito de suspender o pagamento se os objetos fornecidos estiverem em desacordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência e seus apêndices.

12.8 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

12.9 Os pagamentos, somente, serão realizados após a comprovação da regularidade fiscal da empresa mediante apresentação de documentos à Comissão de Fiscalização do Contrato.

12.10 As licitantes cujos estabelecimentos estejam localizados no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar propostas isentas de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/16, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

12.11 A fiscalização do contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

12.12 Os pagamentos devidos à CONTRATADA não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.

13. GARANTIA

13.1 Garantia Contratual

13.1.1 Exigir-se-á do fornecedor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória do objeto.

13.1.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA;
- prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

13.1.3 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

13.1.4 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

13.1.5 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

13.1.6 O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

13.1.7 Vale ressaltar que foi estabelecido o percentual de 5% (cinco por cento) a título de garantia, por ser este um valor razoável para gerar segurança contratual para a Administração Pública, levando-se em conta também que tal percentual estipulado não trará grandes dispêndios financeiros para a Contratada, uma vez que levando-se em conta à estimativa do valor global do contrato, tal porcentagem não é exacerbada.

13.2 Garantia do Objeto

A CONTRATADA deverá declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo.

A garantia abrange a substituição de peças e/ou componentes dos equipamentos que apresentem problemas, em que as substituídas deverão ser novas, em configuração igual ou superior à substituída;

A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergência nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA, acordando o prazo para correção dos defeitos ou substituição do produto, caso não tenha sido estipulado pela CONTRATANTE;

14. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Contratante, especialmente designado(s) pela autoridade competente, conforme ato de nomeação público em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

14.2 Os procedimentos pormenorizados de gestão e fiscalização serão públicos em DOERJ através de Resoluções da Secretaria de Estado de Polícia Militar quando da nomeação dos Fiscais e Gestores, e seguirão os ditames do Decreto nº 45.600/2016.

14.3 A Comissão de Fiscalização deverá atestar a nota fiscal de entrega do objeto para fins de pagamento, desde que comprovada a fiel e correta entrega do mesmo.

14.4 A presença da fiscalização da SEPM não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

14.5 À Comissão de Fiscalização indicada pela SEPM será reservado o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os objetos que forem entregues, se considerado em desacordo ou insuficiente com a descrição presente neste Termo de Referência, seus apêndices e na proposta da licitante vencedora, devendo ser substituídos na metade do prazo estipulado no presente Termo e às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1 Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites estabelecidos em Lei.

15.2 Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses do artigo 124, II, alínea d, da Lei 14.133/2021.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

16.2 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do local de entrega, quando da entrega dos equipamentos;

16.3 Efetuar o pagamento à Contratada, desde que verificada a adequação dos bens fornecidos às especificações constantes neste Termo de Referência;

16.4 Convocar o representante da Contratada para esclarecimentos e negociações visando os interesses das partes, quando necessário for;

16.5 Aplicar as sanções previstas na legislação vigente e descritas no edital do certame nos casos de não cumprimento de alguma exigência do Contrato, mesmo que haja correção de eventuais irregularidades;

16.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o definido no Contrato, neste Termo de Referência e sua proposta;

16.7 Fiscalizar a execução do Contrato por meio da Comissão de Fiscalização, observando o fiel cumprimento das exigências constantes neste Termo de Referência e no Contrato, o que não exclui nem diminui a responsabilidade da Contratada, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.8 Comunicar à Contratada, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidades verificadas na execução do Contrato, concedendo-lhe prazo para que as regularize, sob pena de serem-lhe aplicadas sanções legais e contratualmente previstas;

16.9 No que se refere ao descarte dos equipamentos já existentes, caso haja o descarte, o mesmo deverá ser feito por cada Unidade, com base nas legislações ambientais existentes.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 Executar as entregas dos equipamentos objetos dessa contratação, de acordo com o prazo estabelecido neste Termo de Referência, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, no local estipulado;

17.2 Fornecer toda documentação fiscal e técnica com a entrega dos objetos, assim como manual de instrução dos equipamentos;

17.3 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do objeto adjudicado, inclusive fretes, seguros e descarregamento dos materiais, desde a origem até sua entrega no local de destino;

17.4 Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou impossibilidade de execução de obrigação contratual, para fins de adoção das providências cabíveis;

17.5 Reparar, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, os objetos do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes;

17.6 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou terceiros;

17.7 Manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18. AMOSTRAS

Devido às características comuns e padrões dos objetos a serem licitados, **não serão exigidas amostras** de nenhum dos itens da presente contratação.

19. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

19.1 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.**

19.2 O valor máximo aceitável para o objeto deste Termo será definido no Edital do certame.

19.3 Em caso de empate, deverão ser observados os critérios de desempate previstos no artigo 60 e seus incisos da Lei 14.133/2021, inclusive no que tange à equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

19.4 Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas.

20. FORMA/CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A forma de seleção do fornecedor será por licitação, em âmbito **NACIONAL**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, por se tratar de bem comum, conforme artigo 6º, inciso XLI da Lei 14.133/2021, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, conforme artigo 34 da Lei 14.133/2021, bem como no artigo 4 inciso I e artigo 9 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022.

21. HABILITAÇÃO

A empresa participante deverá apresentar, em momento oportuno, documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, nos termos do artigo 62 a 70 da Lei 14.133 /2021.

A exigência contida no artigo 17, V, alínea “f” do Decreto 48.816/2023 não será implementada no presente caso, uma vez que não é cabível, já que tal imposição limitaria a competitividade das empresas que participaria da presente contratação, tendo em vista que as empresas que geralmente trabalham com esse tipo de objeto, em sua grande maioria, possuem um número de funcionários limitados.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

Fica a licitante sujeita às sanções administrativas e demais penalidades, nos casos fixados no Contrato e em conformidade com os termos estabelecidos nos artigos 86 e 87 do

Decreto nº 3.149 de 28 de abril de 1980, no artigo 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e nos artigos 155 a 163 da Lei Federal 14.133/2021.

No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

23. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante quando a solução proposta é complexa, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo, necessitando ser recebidas de modo integrado e simultâneo.

No caso em comento, o item que se pretende adquirir é considerado comum de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios, na mesma medida em que sua admissão poderá causar danos à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

24. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Não será admitida a participação de cooperativas, haja vista a incompatibilidade do objeto fornecido com a referida formação e objetivos de associações de tal espécie, as quais se dedicam à prestação de serviços geridos de modo democrático, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

Desta forma, devido a incompatibilidade do objeto da presente contratação com as Cooperativas, entendemos que deve ser vedada a participação de cooperativas.

25. TRATAMENTO DIFERENCIADO ME E EPP

A Lei Complementar nº 123/2006 prevê medidas a serem adotadas pelos Órgãos e Entidades integrantes da Administração Direta e Indireta, a fim de conferir o tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido em seu artigo 47.

No entanto, o artigo 48 do mesmo dispositivo legal citado, estabelece a forma como devem ocorrer tais tratamentos diferenciados.

O inciso I do artigo supracitado, menciona que nos itens com valores abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser realizado processo licitatório exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte. No presente caso, portanto, **haverá licitação destinada exclusivamente a tais empresas, referente ao item 2 (Dispositivo Óptico de Reconhecimento de Impressão Digital), item 4 (Tag RFID - Identificador de Rádio Frequência) e item 5 (Teclado Numérico para Computador)**, uma vez que o valor orçado para tais itens é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Já o inciso III do artigo 48 da Lei Complementar 123/06, dispõe que deve haver o estabelecimento do percentual de cota de até 25 % (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que se trate a contratação de aquisição de bens divisíveis e que seja vantajoso para a Administração Pública.

Diante disso, **no presente caso haverá a reserva de cota de 25% (vinte e cinco por cento) para ME e EPP, referente aos itens 1 (Computador) e item 3 (Leitor Portátil (RFID))**, uma vez que tal tratamento diferenciado não trará qualquer desvantagem ou prejuízo para a Administração Pública ou para o complexo dos objetos a serem contratados, além do que trata-se tais itens de aquisição de bens de natureza divisível. Além disso, o estabelecimento de tal porcentagem propiciará um caráter isonômico e ampliará a possibilidade de participação de tais empresas no certame.

26. REAJUSTES

Os preços serão fixos e irrevogáveis, por tratar-se de aquisição com entrega única, exceto nas hipóteses do art. 124 da Lei 14.133/2021, desde que devidamente comprovadas.

27. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Não haverá possibilidade de cessão, subcontratação e transferência para o presente caso.

28. SUSTENTABILIDADE / IMPACTOS AMBIENTAIS

No que for cabível, a Contratada deve cumprir com os requisitos de sustentabilidade ambiental conforme definido no art. 2º do Decreto Estadual nº 43.629/2012. Esse decreto estipula a adoção de critérios, práticas e iniciativas de logística sustentável no contexto da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A verificação do cumprimento da disposição acima mencionada pode ser estabelecida através da apresentação de certificação emitida por Órgão público oficial, Entidade credenciada, Declaração da própria parte Contratada ou qualquer outro meio de comprovação que demonstre a conformidade com tais requisitos.

Não se vislumbram impactos ambientais diretos para a presente contratação, no que tange à fabricação ou uso dos objetos em tela, uma vez que não haverá substituição de equipamentos e os que serão implementados são de baixo consumo de energia elétrica.

29. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

O Programa de Integridade é exigido, independente da formação societária, conforme estabelecido no art. 1º da Lei Estadual n.º 7.753/2017, desde que sejam firmados contratos de valor acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para compras e serviços, e com prazo de contrato igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Nos lotes da licitação, cujo os valores ultrapassam R\$ 650.000,00, será exigido da empresa contratada.

No presente caso, portanto, NÃO será exigido.

30. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), deve ser considerada em todas as situações em que ocorre o tratamento de dados pessoais, sejam eles coletados de dentro ou fora da organização. No entanto, em um sistema interno de coleta de dados pessoais dos servidores para autenticação em um sistema próprio, a aplicação da LGPD não se faz necessária, uma vez que o tratamento de dados é realizado para uma finalidade específica e restrita, sem compartilhamento ou transferência dos dados pessoais para terceiros.

Assim, a coleta e o tratamento de dados pessoais será realizada exclusivamente para fins internos da Corporação, sem compartilhamento com terceiros e sem prejuízo aos direitos e liberdades dos titulares dos dados.

A coleta e o tratamento de dados pessoais irão ser realizados conforme as normas e procedimentos internos, respeitando sempre os direitos fundamentais dos titulares dos dados, somente com a finalidade que se destina, que é a segurança e proteção dos materiais bélicos constantes nas RUMBs.

A SEPM somente poderá realizar o Tratamento dos Dados Pessoais na medida que seja necessário para a execução dos Serviços e sempre observadas as Leis Aplicáveis.

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas no presente Termo de Referência, DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

31. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Os gestores e fiscais do contrato irão realizar o acompanhamento da presente contratação, com base no seguinte cronograma:

Prazos	Atividades	Responsável
D	Emissão da Ordem de Fornecimento.	CONTRATANTE

D + até 15 (quinze) dias úteis = D2	Entrega dos equipamentos	CONTRATADA
D2 + 05 (cinco dias) = D3	Recebimento provisório	CONTRATANTE
D3+ 10 dias = D4	Recebimento definitivo	
D4 + até 30 dias	Pagamento	

32. GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO

NOME/RG	ID FUNCIONAL	UNIDADE
GESTOR DO CONTRATO		
1º TEN PM - RG 104.590 - JONATHAN BARROS SILVEIRA DUARTE	ID 5034387-4	SEPM-DIT
GESTOR SUBSTITUTO		
1º TEN PM – RG 104.587 - ISAAC RADOMAN DE OLIVEIRA	ID 5034383-1	SEPM-DIT
FISCAIS DO CONTRATO		
1º SGT PM - RG 66.639 - ALEKSANDRO AUGUSTO DA C. CARVALHO	ID 2486473-0	SEPM-DIT
3º SGT PM - RG 77.736 - WAGNER FERREIRA JÚNIOR	ID 4321509-2	SEPM-DIT
CB PM – RG 93.382 - PAULO WANDERLEY SOARES MORANES	ID 4418788-2	SEPM-DIT

33. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Diretoria de Infraestruturas de Tecnologia (DIT), localizada à Rua Carmo Neto, S/N, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20210-051, e-mail: dit@pm.rj.gov.br, ou pelo telefone (21) 2276-6502;

A CONTRATADA deverá disponibilizar de um meio de comunicação hábil, para que possa ser feito contato, quando necessário, para saneamento de dúvidas ou diligências acerca do contrato.

34. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO II – UNIDADES CONTEMPLADAS / DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

ANEXO III – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS

ANEXO IV – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ANEXO V – MODELO DE ORDEM DE COMPRA

35. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ AUGUSTO VIEIRA DE OLIVEIRA

Coordenador de Projetos



Assinou eletronicamente em 17/04/2024 às 17:39:23.

LUANA PELOSI FRANCA

Elaboração TR



Assinou eletronicamente em 17/04/2024 às 17:21:32.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I (2).pdf (141.81 KB)
- Anexo II - ANEXO II.pdf (81.04 KB)
- Anexo III - ANEXO III.pdf (422.01 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV.pdf (234.76 KB)
- Anexo V - ANEXO V.pdf (224.43 KB)

Anexo I - ANEXO I (2).pdf

APÊNDICE I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 1	COMPUTADOR	ID CATMAT: 483505
1	Processador: 64 Bits com 6 núcleos reais e cache de 9 Mb;	
2	Placa Principal: 2 SLOTS DDR4 (Expansível ~ 32GB);	
3	Sistema de Detecção de Instrução de Chassis;	
4	Chip de Segurança TPM, versão 2.0;	
5	Controladora SATA 3 ou superior;	
6	Memória RAM: 16 GB;	
7	Disco Rígido - SSD: interno de 256 GB;	
8	Interface Comunicação: controladora de rede integrada a placa principal com velocidades de 10/100/1000 MBITS por segundo;	
9	Interface Vídeo: integrada ao processador com resolução mínima 1920 X 1080 @ 60HZ e saída para dois monitores;	
10	Monitores: 2 x monitores LED 23,5";	
11	Sistema Operacional: Microsoft Windows 11 Professional 64 BITS em Português BR;	
12	Gabinete: Padrão SFF (SMALL FORM FACTOR) com no mínimo 8 portas USB, sendo pelo menos 4 padrão USB 3.1;	
13	Mouse: óptico, USB com 3 botões e resolução mínima de 1000 DPI;	
14	Teclado: Padrão ABNT2, USB;	
15	Acessórios: Cabos e Conectores, 01 Mouse PAD, forma de fornecimento: Unidade;	
16	Garantia ON SITE de 24 meses	
ITEM 2	DISPOSITIVO ÓPTICO DE RECONHECIMENTO DE IMPRESSÃO DIGITAL	ID CATMAT: 326521
1	Tipo: Óptico;	
2	Área de captura e leitura: Prisma de vidro com LED visível e perceptivo, que informa a ativação automática do leitor no momento da captura da digital;	
3	Captura: Qualquer ângulo (360°);	
4	Interface: USB 2.0 / Micro USB;	
5	Resolução: 500 DPI;	
6	Voltagem: 5v;	
7	Área de Captura: 16 x 18 mm;	
8	Tempo de Captura: ~ 500 milissegundos;	
9	Tam. da imagem: 248 x 292 pixels;	
10	Padrões: MIC, KC, UL, CE, FCC;	
11	Kit de desenvolvimento: SDK e Web API fornecidos gratuitamente;	
12	Suporta busca do tipo 1:1 e 1: N (ilimitado);	
13	Padrões do SDK:ISO/IEC 19794-2:2005 ISO/IEC 19794-4:2005 ANSI/INCITS 378-2004, Compressão: WSQ e Qualidade da imagem: NIST NFIQ;	
14	Driver OS: Windows 98/2000/ME/2003/2008/XP/Vista 7, 32-bit e 64-bit/ 8 32-bit e 64-bit/ 10 e 11 32-bit e 64-bit e LINUX KERNEL 2.6 ou superior;	
15	Tecnologia adicional: Tecnologia LIVE FINGER DETECTION (LFD), AUTO-ON: Ativação automática nativa do hardware e Multi-dispositivos;	

16	Garantia do fabricante de 12 meses.	
ITEM 3	LEITOR PORTÁTIL RFID	ID CATMAT: 603682
1	Suporte a TAG de protocolo ISO18000-6B, ISO18000-6C (EPC C1G2);	
2	Faixa de frequência entre 865 ~ 868 MHz e 902 ~ 928MHz;	
3	Transmissão FHSS ou FIX FREQUENCY;	
4	Potência de saída de RF de até 10 DBM (ajustável);	
5	Nenhuma fonte de energia externo necessária;	
6	Antena embutida com distância de efeito de até 200mm;	
7	Suporte a interface USB1.1 com VSP (porta serial virtual) ou modo HID;	
8	SDK com códigos fontes em vb.net, C# e JAVA de um software de demonstração e utilização pronto para facilitar o desenvolvimento;	
9	Garantia do fabricante de 12 meses.	
ITEM 4	TAG RFID	ID CATMAT: 475247
1	Tipo: UHF Passive RFID;	
2	ISO 18000-6C;	
3	Frequência: 865 ~ 868 MHz e 902 ~ 928MHz;	
4	Memória: 96 Bit;	
5	Aplicação em superfícies metálicas ou plásticas;	
6	Método de fixação: Epóxi;	
7	Cor: preta;	
8	IP68;	
9	Resistência a ambientes abrasivos, tais como ácidos, soluções alcalinas, álcoois, solventes e agentes de limpeza;	
10	Distância mínima de leitura 2m;	
11	Tamanho máximo admitido: 30mm x 11mm x 3mm (Comprimento x Largura x Altura); e	
12	Garantia mínima de 02 anos.	
ITEM 5	TECLADO NUMÉRICO DE COMPUTADOR	ID CATMAT: 456590
1	Teclado numérico 18 teclas;	
2	Tipo: Mecânico;	
3	Alimentação: 5 VDC (via porta USB);	
4	Compatível com Windows 11 e versões anteriores;	
5	Comprimento do cabo mínimo: 1,20m;	
6	Conexão: USB 2.0 Plug & play Fácil instalação; e	
7	Possuir mínimo de 18 teclas.	

Anexo II - ANEXO II.pdf

APÊNDICE II

LOCAIS CONTEMPLADOS / QUANTITATIVOS DE EQUIPAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DA SEPM

ÁREA DO 1º CPA (CENTRO E ZONA NORTE DA CAPITAL)						
	LOCAIS	COMPUTADOR	LEITOR BIOMÉTRICO	LEITOR DE (RFID)	ETIQUETA (TAG RFID)	TECLADO NUMÉRICO
1	2º BPM / R. Álvaro Ramos, 135 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, 2226000	1	1	1	64	1
2	3º BPM/ R. Lucídio Lago, 181 - Méier, Rio de Janeiro - RJ, 20780-020	1	1	1	64	1
3	4º BPM/ R. Francisco Eugênio, 228 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, 20941-120	1	1	1	64	1
4	5º BPM/ Praça Cel. Assunção, S/N - Gamboa, Rio de Janeiro - RJ, 20221-160	1	1	1	64	1
5	6º BPM/ R. Barão de Mesquita, 625 - Andaraí, Rio de Janeiro - RJ, 20540-003	1	1	1	64	1
6	16º BPM/R. Paranapanema, 769 - Olaria, Rio de Janeiro - RJ, 21073-185	1	1	1	64	1
7	17º BPM/ Ilha do Governador, Estr. do Rio Jequiá, 518 - Zumbi, Rio de Janeiro - RJ, 21930-000	1	1	1	64	1
8	19º BPM/ R. Toneleiro, R. Tenreiro Aranha, 2-168 - Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, 22031-090	1	1	1	64	1
9	22º BPM/ R. Tancredo Neves, 35 Fundos - Maré, Rio de Janeiro - RJ - 21044-725	1	1	1	64	1
10	23º BPM/R. Cap. César de Andrade, 119 - Leblon, Rio de Janeiro - RJ, 22431-010	1	1	1	64	1
ÁREA DO 2º CPA (ZONA OESTE DA CAPITAL)						
	LOCAIS	COMPUTADOR	LEITOR BIOMÉTRICO	LEITOR DE (RFID)	ETIQUETA (TAG RFID)	TECLADO NUMÉRICO
11	9º BPM/ R. Tacaratu, 94 - Honório Gurgel, Rio de Janeiro - RJ, 21555010	1			64	1
12	14º BPM/ Estr. do Guandú do Sena, 1954 - Gericinó, Rio de Janeiro - RJ, 21854-000	1	1	1	64	1
13	18º BPM/ Estr. do Pau-Ferro, 435 - Freguesia de Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ, 22743-050	1	1	1	64	1
14	27º BPM/ R. Guarantã, s/n - Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ, 23565-180	1	1	1	64	1
15	31º BPM/ Av. Salvador Allende, 5500 - Recreio dos Bandeirantes,	1	1	1	64	1

	Rio de Janeiro - RJ, 22780-160					
16	40° BPM/ Estr. do Mendanha, 1.647 - Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ	1	1	1	64	1
17	41° BPM/ Av. Pastor Martin Luther King Junior, S/N - Colégio, Rio de Janeiro - RJ, 21520-001	1	1	1	64	1
ÁREA DO 3º CPA (BAIXADA FLUMINENSE)						
	LOCAIS	COMPUTADOR	LEITOR BIOMÉTRICO	LEITOR DE (RFID)	ETIQUETA (TAG RFID)	TECLADO NUMÉRICO
18	15° BPM/ R. Pedro Corrêa, 273 - Centro, Duque de Caxias - RJ, 25020-160	1	1	1	64	1
19	20° BPM/ R. Ten. Aldir Soares Adriano, 354 - Centro, Mesquita - RJ, 26550-070	1	1	1	64	1
20	21° BPM/ Av. Automóvel Clube, 1333 - Jardim Jose Bonifacio, São João de Meriti - RJ, 25565171	1	1	1	64	1
21	24° BPM/ R. Ten. Jerônimo Costa, s/n° - Fluminense, Queimados - RJ, 26387-276	1	1	1	64	1
22	34° BPM/ Praça Getúlio Vargas, 71 - Centro, Magé - RJ, 25900-000	1	1	1	64	1
23	39° BPM/ Av. Joaquim da Costa Lima, 2970 - Parque São Bernardo, Belford Roxo - RJ, 26165390	1	1	1	64	1
ÁREA DO 4º CPA (GRANDE NITERÓI)						
	LOCAIS	COMPUTADOR	LEITOR BIOMÉTRICO	LEITOR DE (RFID)	ETIQUETA (TAG RFID)	TECLADO NUMÉRICO
24	7° BPM/ R. Dr. Alfredo Backer, 367 - Alcântara, São Gonçalo - RJ, 24452-001	1	1	1	64	1
25	12° BPM/ Av. Jansen de Melo, 843-899 - Centro, Niterói - RJ, 24030-250	1	1	1	64	1
26	25° BPM/ R. Inglaterra - Jardim Caiçara, Cabo Frio - RJ, 28910-360	1	1	1	64	1
27	35° BPM/ Av. Ver. Hermínio Moreira, 208 - Centro, Itaboraí - RJ, 24800-161	1	1	1	64	1
ÁREA DO 5º CPA (SUL FLUMINENSE)						
	LOCAIS	COMPUTADOR	LEITOR BIOMÉTRICO	LEITOR DE (RFID)	ETIQUETA (TAG RFID)	TECLADO NUMÉRICO
28	10° BPM/ Rod. Lúcio Meira, Km 47 - s/n - Minuano, Barra do Piraí - RJ, 27110-440	1	1	1	64	1
29	28° BPM/ Av. N. Sra. do Amparo, s/n - Voldac, Volta Redonda - RJ, 27283-370	1	1	1	64	1
30	33° BPM/ R. Francisco Bezerra, 604 - Parque Mambucaba, Angra dos Reis - RJ, 23953-010	1	1	1	64	1
31	37° BPM/ R. Cel. Prof. Joffre Coelho Chagas, 378 - Campo de Aviação, Resende - RJ, 27511-970	1	1	1	64	1

ÁREA DO 6º CPA (NORTE FLUMINENSE)						
	LOCAIS	COMPUTADOR	LEITOR BIOMÉTRICO	LEITOR DE (RFID)	ETIQUETA (TAG RFID)	TECLADO NUMÉRICO
32	8º BPM/ R. Ten-Cel. Cardoso, 200 - Centro, Campos dos Goytacazes - RJ, 28013-460	1	1	1	64	1
33	29º BPM/ BR 356, Km 04, Cidade Nova, Itaperuna/RJ, BR-356 - Cidade Nova, Itaperuna - RJ, 28300-000	1	1	1	64	1
34	32º BPM/ R. Hildebrando Alves Barbosa, s/nº - Barra de Macaé, Macaé - RJ, 27979-000	1	1	1	64	1
35	36º BPM/ Rod. Pres. João Goulart - Arraialzinho, Santo Antônio de Pádua - RJ, 28470-000	1	1	1	64	1
ÁREA DO 7º CPA (REGIÃO SERRANA)						
	LOCAIS	COMPUTADOR	LEITOR BIOMÉTRICO	LEITOR DE (RFID)	ETIQUETA (TAG RFID)	TECLADO NUMÉRICO
36	11º BPM/ R. Voluntários da Pátria, 474 - Vila Nova, Nova Friburgo - RJ, 28630-040	1	1	1	64	1
37	26º BPM/ R. Domingos Silvério - Quitandinha, Petrópolis - RJ, 25650-050	1	1	1	64	1
38	30º BPM/ R. Guandu, 680 - Pimenteiras, Teresópolis - RJ, 25963-620	1	1	1	64	1
39	38º BPM/ Estr. União e Indústria, 250 - Boa União, Três Rios - RJ, 25810-440	1	1	1	64	1
UNIDADES DESTACADAS						
	LOCAIS	COMPUTADOR	LEITOR BIOMÉTRICO	LEITOR DE (RFID)	ETIQUETA (TAG RFID)	TECLADO NUMÉRICO
40	COE	1	1	1	64	1
41	BAC	1	1	1	64	1
42	BOPE/ R. Campo Belo, 150 - Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, 22221-110	1	1	1	64	1
43	BPCHOQUE/Av. Salvador de Sá, 2 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, 20211-260	1	1	1	64	1
44	GAM/ Av. Feliciano Sodré, 273 - Centro, Niterói - RJ, 24030-012	1	1	1	64	1
45	CPAM/ R. Expedicionário Ari Rauen - Colubandê, São Gonçalo - RJ	1	1	1	64	1
46	BEPE	1	1	1	64	1
47	BPRV/ R. Mackenzie, 100 - Fonseca, Niterói - RJ, 24130-676	1	1	1	64	1
48	BPTUR/ R. Toneleiro, R. Tenreiro Aranha, 2-168 - Copacabana, Rio de Janeiro - RJ, 22031-090	1	1	1	64	1
49	BPVE/ R. Túnis, 136 - Bangu, Rio de Janeiro - RJ, 21850-365	1	1	1	64	1
50	GEPFER	1	1	1	64	1
51	HCPM	1	1	1	64	1
52	HPM-NIT	1	1	1	64	1

53	PPM/CAMPOS	1	1	1	64	1
54	PPM/CASCADURA	1	1	1	64	1
55	PPM/OLARIA	1	1	1	64	1
56	UP PMERJ	1	1	1	64	1
57	RCECS	1	1	1	64	1
58	RECOM/ Av. Salvador de Sá, 2 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, 20211-260	1	1	1	64	1
59	AJG	1	1	1	64	1
60	APM	1	1	1	64	1
61	CFAP	1	1	1	64	1
62	CIESP	1	1	1	64	1
63	DCMUM	1	1	1	64	1
64	DMSA	1	1	1	64	1
65	I CPM	1	1	1	64	1
66	II CPM	1	1	1	64	1
67	III CPM	1	1	1	64	1
68	DPAS	1	1	1	64	1
69	1ª UPP/ 2º BPM - SANTA MARTA	1	1	1	64	1
70	1ª UPP/ 3º BPM - SÃO JOÃO	1	1	1	64	1
71	2ª UPP/ 3º BPM - JACAREZINHO	1	1	1	64	1
72	3ª UPP/ 3º BPM - LINS	1	1	1	64	1
73	1ª UPP/ 4º BPM - TURANO	1	1	1	64	1
74	3ª UPP/ 4º BPM - MANGUEIRA	1	1	1	64	1
75	5ª UPP/ 4º BPM - BARREIRA TUIUTI	1	1	1	64	1
76	1ª UPP/ 5º BPM - PROVIDÊNCIA	1	1	1	64	1
77	3ª UPP/ 5º BPM - PRAZERES	1	1	1	64	1
78	1ª UPP/ 6º BPM - BOREL	1	1	1	64	1
79	2ª UPP/ 6º BPM - FORMIGA	1	1	1	64	1
80	3ª UPP/ 6º BPM - ANDARAÍ	1	1	1	64	1
81	4ª UPP/ 6º BPM - SALGUEIRO	1	1	1	64	1
82	5ª UPP/ 6º BPM - MACACOS	1	1	1	64	1
83	1ª UPP/ 16º BPM - FAZENDINHA	1	1	1	64	1
84	2ª UPP/ 16º BPM - NOVA BRASÍLIA	1	1	1	64	1
85	3ª UPP/ 16º BPM - ALEMÃO	1	1	1	64	1
86	4ª UPP/ 16º BPM - FÉ/ SERENO	1	1	1	64	1
87	5ª UPP/ 16º BPM - CHATUBA	1	1	1	64	1
88	6ª UPP/ 16º BPM - PARQUE PROLETÁRIO	1	1	1	64	1
89	1ª UPP/ 19º BPM - BABILÔNIA	1	1	1	64	1
90	2ª UPP/ 19º BPM - PAVÃO	1	1	1	64	1
91	3ª UPP/ 19º BPM - TABAJARAS	1	1	1	64	1
92	1ª UPP/ 22º BPM - ADEUS BAIANA	1	1	1	64	1
93	2ª UPP/ 22º BPM - MANGUINHOS	1	1	1	64	1
94	3ª UPP/ 22º BPM - ARARÁ MANDELA	1	1	1	64	1
95	1ª UPP/ 23º BPM - VIDIGAL	1	1	1	64	1

96	2ª UPP/ 23º BPM - ROCINHA	1	1	1	64	1
97	1ª UPP/ 33º BPM - CAMORIM GRANDE	1	1	1	64	1
98	2ª UPP/ 33º BPM - BELÉM	1	1	1	64	1
99	3ª UPP/ 33º BPM - FRADE	1	1	1	64	1
100	2ª CIA / 37º BPM - ITATIAIA	1	1	1	64	1
TOTAL		100	100	100	6400	100

MINUTA-PADRÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO

CONTRATO Nº/...., DE AQUISIÇÃO DE ,
QUE FAZEM ENTRE SI **O ESTADO DO RIO DE JANEIRO,**
PELA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA
MILITAR E

.....

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA

MILITAR, com sede na Rua Evaristo da Veiga, 78 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº **32.690.668/0001-02**, neste ato representada pelo(a) (cargo e nome), portador da Identidade Funcional nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e

....., com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., neste ato representada por (nome e função), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº....., que se regerá pelas

disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico redelog.rj.gov.br/redelog/legislacao-licitacoes/, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente **do instrumento convocatório nº ... OU do ato de Dispensa de Licitação nº ... OU de Inexigibilidade de Licitação nº ...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos para controle e gestão das reservas únicas de materiais bélicos (RUMB), conforme Extrato de Plano de Trabalho do Convênio 920456/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Os insumos que se pretendem adquirir estão delineados na tabela abaixo:

Item	CATMAT	Descrição do item	Unidade de fornecimento	Quantidade
1	483505	Computador	UN	75
2	483505	Computador <u>Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP</u>	UN	25
3	326521	Dispositivo Óptico de Reconhecimento de Impressão Digital <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100
4	603682	Leitor Portátil de RFID	UN	75
5	603682	Leitor Portátil de RFID <u>Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP</u>	UN	25
6	475247	Etiqueta (Tag) de RFID <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	6400
7	456590	Teclado Numérico para Computador <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze) meses**, contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato e no Decreto nº 48.817, 24 de novembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total máximo do Contrato é de R\$ ().

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O **CONTRATANTE** deverá pagar ao **CONTRATADO** o valor total de R\$ (), em (.....) parcelas, no valor de R\$ (....), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº da agência , de titularidade do **CONTRATADO**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, observando-se o disposto no item 5.3. deste Contrato.

6.2 No caso de o **CONTRATADO** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro ou, caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de o **CONTRATADO**, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**.

6.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48.817/2023.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o **CONTRATANTE** deverá comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4 O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à **Diretoria de Infraestruturas de Tecnologia (DIT)**, situada no **Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)**, localizado à **Rua Carmo Neto, S/N, Cidade Nova/RJ, CEP: 20210-051, no Estado do Rio de Janeiro** ou para o endereço eletrônico: dit@pmerj.rj.gov.br.

6.5 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação.

6.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

6.9 O **CONTRATADO** deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

6.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo **CONTRATADO**, ficando vedada a emissão de nota de empenho do **CONTRATANTE** diretamente aos subcontratados.

6.10.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo **CONTRATADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis, por tratar-se de aquisição com entrega única, exceto nas hipóteses do art. 124 da Lei 14.133/2021, desde que devidamente comprovadas, conforme item 26. do Termo de Referência. (**DEMAIS ITENS SUPRIMIDOS**)

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o Contrato e seus Anexos.

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3 Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.5 Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.6 Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7 Aplicar ao **CONTRATADO** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8 Dar ciência à Assessoria Jurídica do órgão ou entidade para as providências junto à Procuradoria Geral do Estado, com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.9 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1 O **CONTRATANTE** terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** perante terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O **CONTRATADO** deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Entregar o objeto acompanhado, se for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2 Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7 Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.8 Manter a regularidade junto ao SICAF.

9.1.8.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do Contrato.

9.1.10 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.11 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.13 Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.1.15 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.16 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

9.1.16.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

9.1.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.20 Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.21 Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto no art. 1º da Lei estadual nº 7.753, de 17 de outubro de 2017, manter Programa de Integridade nos termos da referida Lei e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

9.1.21.1 Caso o **CONTRATADO** ainda não tenha Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da Lei nº 7.753/2017.

9.1.22 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 O Contrato conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5 % (cinco por cento) de seu valor anual.

10.1.1 Na forma do art. 101 da Lei nº 14.133/2021, nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

*10.2 O **CONTRATADO** poderá optar pelas seguintes modalidades de garantia:*

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária;e

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

*10.3 Qualquer que seja a modalidade escolhida pelo **CONTRATADO**, a garantia assegurará o pagamento de:*

10.3.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações neste previstas;

*10.3.2 multas moratórias, compensatórias e administrativas aplicadas pela Administração ao **CONTRATADO**; e*

*10.3.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, não adimplidas pelo **CONTRATADO**, quando couber.*

10.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do Contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência.

*10.5 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o **CONTRATADO** ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

*10.6 Ressalvada a hipótese de seguro-garantia, cuja apresentação deve ser anterior à assinatura do Contrato, o **CONTRATADO** apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do **CONTRATANTE**, contado da assinatura do Contrato, o comprovante de prestação de garantia, na forma do item 10.2.*

10.7 Caso oferecida a modalidade de seguro-garantia, observar-se-ão as seguintes condições:

*10.7.1 a apólice permanecerá em vigor mesmo que o **CONTRATADO** não pague o prêmio nas datas convencionadas;*

10.7.2 a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

10.7.3 será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste Contrato; e

10.7.4 a apólice somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.3, observada a legislação que rege a matéria.

10.8 Em caso de oferecimento de títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.9 Caso a opção seja por fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

*10.10 Caso a opção seja por garantia em dinheiro, deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, na conta corrente nº __, da agência _____ da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo valor será corrigido monetariamente e restituído ao **CONTRATADO**, na forma do item 10.16 deste Contrato.*

*10.11 O **CONTRATADO** obriga-se a fazer a reposição, a suplementação ou a renovação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado, no caso desta ser executada, total ou parcialmente, ou o Contrato for prorrogado ou tiver o seu valor alterado, assim como em qualquer outra situação que exija a manutenção da condição disposta no item 10.1 desta cláusula.*

10.12 A inobservância do prazo fixado para apresentação, reposição, suplementação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa e/ou outras penalidades, na forma disposta na cláusula décima segunda.

*10.12.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, com a aplicação das sanções cabíveis.*

*10.13 O **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

*10.14 O emitente da garantia ofertada pelo **CONTRATADO** deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

*10.14.1 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao **CONTRATADO**.*

10.15 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

*10.16 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança, título da dívida pública ou autorização para a liberação da caução em dinheiro, atualizada monetariamente, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que o **CONTRATADO** cumpriu todas as cláusulas do contrato.*

10.16.1 A garantia somente será liberada ou restituída, após a fiel execução do Contrato ou pela sua extinção, por culpa exclusiva da Administração, ou quando assim convencionado, em se tratando de extinção consensual da contratação.

*10.17 O **CONTRATADO** autoriza o **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no edital e neste Contrato.*

Além da garantia contratual de execução, caso o Termo de Referência preveja a exigência de garantia do produto, deverão ser acrescidas as seguintes cláusulas:

10.18 Além da garantia contratual de execução, de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação possui previsão de garantia do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.18.1 A garantia contratual de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

11.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

11.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

11.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 11.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 11.1.1 a 11.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 11.1.1, incidente sobre o *valor anual do Contrato*;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, incidente sobre o *valor anual do Contrato*;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, incidente sobre o *valor anual do Contrato*;

11.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 11.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

11.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 11.13.

11.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

11.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 11.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

11.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

11.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10% do valor do Contrato.

11.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

11.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 11.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário de Estado;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

11.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

11.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

11.7.2 A defesa prévia do **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

11.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

11.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

11.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO**, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão

efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado.

11.11.1 O **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

11.12 O **CONTRATANTE** deverá remeter para o Órgão Central de Logística (SUBLOG) o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

11.12.1 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

11.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao **FORNECEDOR, LICITANTE** ou **CONTRATADO** e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

11.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

11.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificadas:

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DETALHAMENTO DOTACIONAL	
RECURSO DE CONVÊNIO - CONTRAPARTIDA	
Unidade Orçamentária:	51010 – Secretaria de Estado de Polícia Militar
Programa de Trabalho:	06.122. 0002. 2016 - Manut Ativid Operacionais / Administrativas
Objetivo:	Aquisição de equipamentos para controle e gestão das Reservas Únicas de Materiais Bélicos (RUMB)
Fonte de Recurso:	700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da U...; e
	212 - Outras Transferências - Convênios ou Instrumentos Congêneres - União
Natureza de Despesa:	449000 - A definir
Valor Orçamentário Reservado:	R\$ 444.678,00
Região:	3300000 - Estado

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Estado, em atenção ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 5.27/2009.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 129/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: SEI-350192/000122/2022

2. Convênio

Convênio Plataforma + Brasil nº 920456/2021, contido no **Processo nº 08020.004253/2021-69**, celebrado pela União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representado pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e Secretaria de Estado da Polícia Militar do Rio de Janeiro (SEPM).

3. Introdução

O presente Estudo Técnico Preliminar, baseia-se nas informações contidas no processo **SEI350192/000122/2022**, a priori inaugurado pela SEPM/DLP – Diretoria de Licitações e Projetos, e tem por objetivo **assegurar a viabilidade técnica para a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos para melhorias no controle e gestão das Reservas Únicas de Materiais Bélicos (RUMB) no âmbito da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**, conforme condições, quantidades e exigências previamente estabelecidas no Convênio supramencionado.

4. Descrição da necessidade

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a finalidade de mitigar as deficiências durante o controle operacional realizados nas instalações das RUMB e, concomitantemente, aprimorar a gestão de equipamentos em tais setores, o presente estudo foi iniciado, visando à implementação de novas tecnologias que permitam a “modernização” e a “otimização” das atividades peculiares às Reservas de Material Bélico.

A introdução de um sistema digitalizado para identificação através de biometria de impressão digital irá possibilitar uma consolidação eficaz das informações sobre o material bélico em toda a SEPM, resultando na eliminação de redundâncias na inserção e retirada de dados, assegurando um controle efetivo maior sobre toda a carga bélica utilizada pelo efetivo da corporação, com vista ao interesse público.

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O uso do sistema digitalizado, voltado para a segurança pública, busca aprimorar o controle administrativo de estoque, armazenamento, recebimento e entrega de material bélico durante as rotinas policiais militares no Estado do Rio de Janeiro. A proposta em questão é crucial para o Comando da SEPM, considerando a necessidade premente de aprimorar os processos envolvidos nas movimentações de material bélico, dada sua natureza peculiar, e otimizar a distribuição de armamento aos policiais militares em serviço, alinhando-se aos objetivos estratégicos da Secretaria Estadual de aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação, bem como otimizar a capacidade operacional.

O conjunto tecnológico proposto neste projeto proporcionará um controle interno mais transparente nas movimentações da seção, oferecendo aos membros da cadeia de comando maior capacidade de gestão e previsibilidade de demandas. A digitalização e informatização dos dados e informações resultam em retiradas e devoluções mais ágeis dos materiais bélicos, propiciando uma gestão eficiente de estoque, armazenamento, recebimento, devolução, monitoramento, rastreamento da origem e destino dos materiais.

A informatização da rotina na RUMB propõe um controle mais preciso do armamento, do consumo de munição, acompanhamento aprimorado do estoque e aumento na previsão da necessidade de reposição de novos armamentos e munições. Isso fortalece os procedimentos prévios à licitação, tornando-os mais robustos e precisos.

Destacamos, por fim, que essa abordagem possibilita uma investigação mais eficiente, facilitando a apuração de procedimentos administrativos, judiciais ou ministeriais, além de fornecer um campo de investigação sólido para extrair evidências e produzir provas materiais confiáveis ou apontamentos de autoria do fato.

Nesse contexto, a biometria é destacada como uma ferramenta crucial para a identificação segura do policial militar que busca retirar armamento. Ao medir dados biológicos únicos a cada indivíduo, a biometria é uma salvaguarda eficaz contra fraudes, proporcionando maior segurança ao impedir o uso indevido de identificações alheias para retirada de armamento ou práticas fraudulentas contra a Administração Pública.

DO OBJETIVO

a. **Objetivo da Contratação:** Este documento visa a implementação de sistema digitalizado de identificação, buscando maior controle nas movimentações das RUMBs existentes na PMERJ, por meio de um processo licitatório destinado à escolha de empresa fornecedora. Os itens requeridos estão detalhados nas planilhas, seguindo as especificações técnicas e quantidades estabelecidas neste estudo preliminar;

b. **Especificações Técnicas e Quantidades:** O fornecimento dos equipamentos seguirá rigorosamente as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e em seus Anexos. Essas especificações foram delineadas para atender às necessidades específicas da SEPM;

c. **Condições de Garantia:** O objeto deverá dispor de garantia mínima de 12 (doze) meses, sendo que, caso o prazo seja superior ao exigido, prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, e começará a correr findo o prazo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo. Caso algum produto apresente defeito dentro do período de garantia, o mesmo deverá ser substituído e para aquele produto substituído, a garantia contará a partir da nova data de entrega do objeto. A empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal. Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Todas as peças, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia, terão a partir de sua entrega todas as garantias previstas;

d. **Assistência técnica:** A presente contratação não abrange instalação, manutenção e assistência técnica pela CONTRATADA;

e. **Garantia:** A empresa contratada deve cumprir integralmente as condições de garantia estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar deste processo licitatório. A garantia é essencial para assegurar a qualidade e o desempenho dos equipamentos e seus itens, contribuindo para a eficácia da administração no que tange ao controle e fiscalização dos serviços desempenhados pelos policiais nas RUMBs das Unidades da PMERJ;

f. **Finalidades:** Essas diretrizes têm o propósito de orientar o processo licitatório, garantindo que a aquisição dos equipamentos seja conduzida de maneira transparente, eficiente e em conformidade com as necessidades específicas da SEPM; e

g. **Vigência:** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites da legislação pertinente.

Cumprir informar que o detalhamento técnico dos equipamentos encontra-se descrito no Anexo II - Especificações Técnicas dos Equipamentos.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPM/CAES	Max William Coelho Moreira de Oliveira – CEL PM

6. Necessidades de Negócio

NECESSIDADE DE NEGÓCIO

Depreendem-se das necessidades os seguintes requisitos:

- a. Aquisição de equipamentos para implementação de sistema digitalizado de identificação através de biometria em todas as RUMBs das Unidades da PMERJ;
- b. Uniformidade dos equipamentos e das instalações nas RUMBs;
- c. Confiabilidade no funcionamento do sistema digitalizado;
- d. Longevidade dos equipamentos considerando todo o seu ciclo de vida após a aquisição, na condição de uso contínuo 24x7x365;

7. Necessidades Tecnológicas

As necessidades tecnológicas estão descritas no **ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** do Estudo Técnico Preliminar.

8. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Requisitos Legais:

- a. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b. **Dec. nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- c. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- d. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- e. **Decreto Estadual nº 43.629, de 05 de junho de 2012**, dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços e obras pela administração pública estadual direta e indireta e dá outras providências;
- f. **Súmula nº 247, de 10 de novembro de 2004, do TCU**, que dispõe sobre o parcelamento do objeto;
- g. O futuro é o que nos guia: **Plano Estratégico 2020-2024** (PE's SEPM 2020-2024);
- h. Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (**PEDTIC 2023-2024**);

Requisitos Temporais:

A contratação deverá estar concluída e disponibilizada para uso no **2º semestre de 2024**.

Requisitos de Sustentabilidade:

- a. Os equipamentos e materiais necessários para implantação do sistema digitalizado de identificação deverão vir preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;
- b. As embalagens e demais materiais que não integrem os objetos da contratação deverão ser descartados em locais apropriados, conforme boa prática e legislação vigente referente às normas ambientais locais e regionais.

9. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

VOLUMETRIA DA DEMANDA

A memória de cálculo foi obtida considerando a quantidade de Unidades da PMERJ que possuem RUMB e a consequente distribuição para cada uma delas.

Foram estabelecidas as quantidades a partir de comunicação via SEI e reunião realizada, no dia 14 de março de 2024, entre o Coordenador de Projetos da DGTIC, o Major Biancovilli da PM/4 e o TEN Faulhaber da PM/4, ficou definido que as reservas técnicas previstas nos estudos anteriores serão distribuídas para Unidades com depósitos de munição e armamentos conforme descritos no **Anexo II**.

No tocante à distribuição das etiquetas (TAG) RFID as mesmas serão instaladas em Fuzis da Corporação, considerando que os 6400 TAG correspondem à quantidade do referido armamento. Tais informações podem ser consultadas no processo **SEI-350011**

/000518/2024.

O quantitativo de equipamentos a serem adquiridos encontra-se disposto no **ANEXO II**.

Cumpre informar que os objetos pretendidos neste Estudo Técnico Preliminar **não constam em estoque na SEPM**.

10. Análise comparativa de soluções

LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

Foram realizadas análise de cenários, alternativas de mercado e de aquisição, a fim de melhor instruir o presente ETP.

ANÁLISE DE CENÁRIOS

A Análise de Cenário visa avaliar o contexto, atores e variáveis que o órgão encontrará no mercado e relacioná-las para auxiliar a tomada de decisão quanto à melhor solução a ser contratada.

A seguir, verificam-se os cenários possíveis que subsidiarão a escolha do objeto.

Alternativas de Mercado

Foi realizado um levantamento para identificar quais produtos existentes no mercado atendem aos resultados pretendidos, de modo a também contrapor as vantagens contra os preços praticados pelo mercado, a fim de que não haja perda de eficiência na gestão dos recursos públicos. Os itens foram caracterizados como itens comuns, sem complexidade e de fácil aquisição.

Alternativas de Aquisição

Foram pensadas as alternativas de aquisição usuais, porém, visto que a aquisição se dará com o uso da verba proveniente de Convênio, conforme descrito no item 5. INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO, não há que se falar em utilização de transferência ou adiantamento financeiro, tampouco da locação dos equipamentos para implantação de sistema digitalizado de identificação biométrica nas RUMBs.

Aquisição de equipamentos para sistema digitalizado de identificação

Para implementação do projeto, os equipamentos adquiridos deverão estar em conformidade com as Especificações Técnicas contidas no Anexo I.

Os equipamentos adquiridos deverão ser catalogados e patrimonizados na carga de cada Unidade da SEPM.

SOLUÇÕES SIMILARES NA SEPM

Não foram localizadas contratações similares realizadas pelo próprio órgão/Entidade nos últimos cinco anos, sendo certo, ainda, que iniciativas pontuais nas Unidades da Secretaria não representam atendimento à legislação atual, que passou a vigorar em Janeiro/2024.

SOLUÇÕES SIMILARES EM OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES

Trata a presente contratação de objetos comuns em âmbito da administração pública, cabendo aqui citar 04 (quatro) contratações como “benchmarking”. No anexo é possível verificar dezenas de contratações similares que compuseram a pesquisa de preços estimada.

A partir de pesquisas efetuadas no Painel de Preços do Governo Federal foram encontradas contratações correlatas, exemplificadas abaixo:

1	<p>Consulta no Painel de Preços</p> <p>Identificação da Compra: 00529/2023</p> <p>Órgão: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP</p> <p>Valor proposto Unitário: R\$ 1.000,00</p> <p>Código CATMAT: 326521</p> <p>Objeto: Aquisição de 37 Leitores Biométricos para atender as necessidades da Prefeitura.</p>
---	--

2	<p>Consulta no Pannel de Preços</p> <p>Identificação da Compra: 00023/2023</p> <p>Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.</p> <p>Valor proposto Unitário: R\$ 950,00</p> <p>Código CATMAT: 276872</p> <p>Objeto: Aquisição de 22 Identificadores Biométricos Digitais para atender as necessidades das dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.</p>
---	---

3	<p>Consulta no Pannel de Preços</p> <p>Identificação da Compra: 00028/2023</p> <p>Órgão: Agência Nacional de Transportes Terrestres</p> <p>Valor proposto Unitário: R\$ 1.500,00</p>
---	--

	Código CATMAT: 474811 Objeto: Aquisição de 92 Módulos Eletrônicos Leitores de RFID, para atender as necessidades da ANTT.
4	Consulta no Pannel de Preços Identificação da Compra: 00004/2023 Órgão: Conselho Administrativo de Defesa Econômica Valor proposto Unitário: R\$ 7,30 Código CATMAT: 475247 Objeto: Aquisição de 7.500 Etiquetas RFID (Radio Frequency Identification) para atendimento das demandas do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

Não há.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

Estimativa de preços

Os preços foram estimados de acordo com as pesquisas de preços públicos realizadas no site **paineldeprecos.planejamento.gov. br**, sendo usadas as médias de preços por item (vide anexo dos preços médios das contratações no Processo SEI).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Computador	100	R\$ 3.529,00	R\$ 352.900,00
2	Dispositivo Óptico de Reconhecimento de Impressão Digital	100	R\$ 566,98	R\$ 56.698,00
3	Leitor Portátil (RFID)	100	R\$ 7.557,00	R\$ 755.700,00
4	Tag RFID - Identificador de Rádio Frequência	6400	R\$ 4,06	R\$ 25.984,00

5	Teclado Numérico para Computador	100	R\$ 30,30	R\$ 3.030,00
VALOR GLOBAL				R\$ 1.194.312,00

Valor global dos preços pesquisados: (Um milhão, cento e noventa e quatro mil, trezentos e doze reais).

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

DO OBJETO

O objeto deste processo compreende a contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos para identificação biométrica, por meio de impressão digital, a serem implantados nas RUMBs das Unidades da SEPM.

DEFINIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

A tabela abaixo lista os itens a serem adquiridos, contendo sua descrição e respectivas quantidades, bem como seus códigos de identificação, ID CATMAT - Catálogo de Materiais do SIASG - Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais, que são as bases de dados que identificam todos os materiais licitados e adquiridos, contratados pela Administração Pública.

Item	CATMAT	Descrição do item	Unidade de fornecimento	Quantidade
1	483505	Computador	UN	75
2	483505	Computador <u>Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP</u>	UN	25
3	326521	Dispositivo Óptico de Reconhecimento de Impressão Digital <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100
4	603682	Leitor Portátil de RFID	UN	75
5	603682	Leitor Portátil de RFID <u>Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP</u>	UN	25
6	475247	Etiqueta (Tag) de RFID <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	6400
7	456590	Teclado Numérico para Computador <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100

14. Levantamento de soluções

A solução foi proposta e definida no **Plano de Trabalho** do presente Convênio.

15. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 1.194.312,00

A estimativa de custo total da contratação está descrita conforme na **análise comparativa de custos**.

16. Justificativa técnica da escolha da solução

Não há que se falar em justificativa técnica da escolha da solução, já que os itens foram previamente definidos no Plano de Trabalho do **Convênio nº 920456/2021**.

17. Justificativa econômica da escolha da solução

Não há que se falar em justificativa econômica da solução, já que os valores foram previamente definidos na **Cláusula Quinta do Convênio nº 920456/2021**.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação visa alcançar os seguintes resultados pretendidos:

- a. Maior controle das movimentações de material bélico;
- b. Identificação eficaz do policial que faz a retirada/devolução de material bélico;
- c. Registro de todas as ações de acautelamento executadas nas RUMBs;
- d. Agilidade na consulta aos dados de movimentações de material bélico; e
- e. Relatórios precisos de movimentação de materiais nas RUMBs.

19. Providências a serem Adotadas

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Caberá à Diretoria de Infraestrutura de Tecnologia (DIT):

Tendo em vista que a verba disponibilizada pelo “**Convênio nº 920456/2021**” é exclusivamente para aquisição de equipamentos para coleta e reconhecimento de impressões digitais na RUMB da SEPM, não contemplando serviços de instalação e manutenção, contudo, **ficará a cargo da DIT providenciar os itens abaixo:**

- a. Receber os equipamentos em sua sede, no prédio do CICC - Centro Integrado de Comando e Controle, sito na Rua Carmo Neto, s/nº, bairro Cidade Nova, CEP: 20.210-051, Rio de Janeiro/RJ;
- b. Providenciar o adequado armazenamento dos equipamentos de identificação biométrica adquiridos;
- c. Providenciar a instalação posterior ou a contratação de empresa para executar os serviços de instalação posterior nas RUMBs;
- d. Providenciar os insumos necessários para a eficácia do projeto;
- e. Preparar o ambiente onde serão instalados os equipamentos, juntamente com os policiais da seção de telemática ou os que forem designados pelo Comandante da respectiva Unidade;
- f. Verificar manuais e demais fontes de informação que garantam o conhecimento dos equipamentos e do funcionamento da solução;
- g. Coordenar as instalações junto às RUMBs das Unidades da PMERJ.

Caberá às Unidades contempladas com os Equipamentos de Reconhecimento de Impressão Digital e demais objetos:

- a. Realizar posterior manutenção preventiva no sistema, a fim de garantir a longevidade dos equipamentos;
- b. Realizar posterior manutenção corretiva no sistema, quando necessário, a fim de garantir a eficácia dos equipamentos.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS NOS LOCAIS

- a. Avaliação de Infraestrutura: Realizar uma análise detalhada da infraestrutura existente nas Reservas Únicas de Material Bélico (RUMBs), identificando pontos críticos para a instalação dos equipamentos de identificação biométrica.
- b. Projeto de Distribuição dos equipamentos: Para assegurar a correta instalação, deverá elaborar projeto de instalação, considerando os locais de entrega/devolução de materiais, bem como a disposição física onde será coletada a impressão digital do policial, tendo em vista a não uniformidade das instalações físicas das RUMBs.
- c. Adaptações de Infraestrutura Elétrica e de Rede: Verificar a necessidade de adaptações na infraestrutura elétrica e de rede, garantindo a alimentação adequada para os equipamentos e a conectividade eficiente ao sistema.
- d. Treinamento de Equipe: Planejar e executar programas de treinamento para a equipe responsável pela operação e manutenção dos equipamentos, garantindo que estejam aptos a utilizar as funcionalidades do sistema de identificação biométrica de maneira eficiente.
- e. Integração com Sistemas Existentes: Caso existam sistemas de identificação ou bases de dados já implementados, estabelecer protocolos para a integração eficaz do sistema, permitindo uma operação conjunta e otimizada.
- f. Testes de Funcionalidade: Realizar testes abrangentes de funcionalidade do sistema antes da implementação completa, assegurando que todos os equipamentos estejam operacionais e integrados ao sistema de identificação.
- g. Estabelecimento de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs): Desenvolver e disseminar Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para o uso do sistema, incluindo a análise de dados, a extração de relatórios e a notificação de eventos anômalos.
- h. Plano de Manutenção Preventiva: Elaborar um plano de manutenção preventiva com verificações regulares, atualizações de software e substituição de equipamentos defeituosos, garantindo a continuidade operacional do sistema.

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

O presente ETP considerou a necessidade de contratação do objeto, os requisitos técnicos, econômicos, legais, ambientais, do próprio negócio, do mercado em que o objeto se encontra inserido, bem como todos os demais requisitos necessários para a caracterização e quantificação da demanda identificada; logrando a escolha da solução que melhor se adequa à Instituição nesta oportunidade.

Desta forma, entende-se ser **VIÁVEL** a contratação em comento, visando dar início à implementação do objeto aqui delineado, destarte, recomenda-se a elaboração de “Termo de Referência” com base no presente estudo e o encaminhamento para o setor competente para o prosseguimento do feito e posterior “Análise de Conformidade”.

A Reserva Única de Material Bélico (RUMB) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) desempenha um papel crucial no armazenamento de armas, munições e outros materiais bélicos utilizados pelos policiais militares em suas atividades de policiamento. Reconhecendo a necessidade imperativa de um controle rigoroso na entrada e saída desses materiais, a proposta de aquisição de equipamentos de identificação biométrica se destaca como uma resposta estratégica e indispensável.

O uso da biometria proporciona melhorias perceptíveis, garantindo transparência e facilidade nos processos de consulta aos dados armazenados. A aquisição, proveniente do Convênio da Plataforma + Brasil nº 920456/2021 com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, visa implementar um sistema digitalizado que vai além da conformidade legal, aprimorando significativamente o controle administrativo sobre os materiais bélicos.

A biometria, única para cada indivíduo, assegura que qualquer material acautelado esteja em posse do policial que o retirou,

prevenindo possíveis fraudes ou erros de registros manuais. Este estudo técnico estabelece objetivos, especificações técnicas e condições contratuais para orientar um processo licitatório transparente e eficiente, fortalecendo a segurança, prevenindo desvios e contribuindo para a modernização dos procedimentos de controle da SEPM.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ AUGUSTO VIEIRA DE OLIVEIRA

Coordenador de Projetos



Assinou eletronicamente em 18/04/2024 às 15:02:21.

Documento assinado digitalmente
JOSE CARLOS MENDES SILVA JUNIOR
Data: 18/04/2024 15:18:00-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

JOSE CARLOS MENDES SILVA JUNIOR

Responsável pelo ETP

WEYDERSON SALDANHA DE ARAUJO

Auxiliar de Projetos



Assinou eletronicamente em 18/04/2024 às 14:50:41.

FERNANDO GUTMAN BARBOSA

Membro da Equipe de Projetos



Assinou eletronicamente em 18/04/2024 às 14:46:43.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP RUMB DIGITAL 2024.pdf (492.67 KB)
- Anexo II - Anexo I Especificacoes Tecnicas.pdf (76.08 KB)
- Anexo III - Anexo II Locais Contemplados e seu Quantitativo.pdf (95.15 KB) ■ Anexo IV - Anexo III Modelo de Proposta de Orcamento.pdf (108.32 KB)

ANEXO IV
DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA
HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

1.4 Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

1.5 Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.

1.6 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.8 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

1.9 Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

2.2 Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

2.3 Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (Estadual ou Municipal), relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.7 Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Janeiro independentemente do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação de:

2.7.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e

2.7.2 Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

2.8 Regularidade com a Fazenda (Estadual ou Municipal) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:

2.8.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS,

bemcomo de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;

2.8.2 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual ou Municipal) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

3.1.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.2.2 Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

3.2.2.1 Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

3.2.3 Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

3.2.4 Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

3.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos

pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} & & \text{Ativo Circulante} + \\ = & \frac{\text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \end{array}$$
$$\begin{array}{lcl} \text{SG} & & \text{Ativo Total} \\ = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Passivo Não Circulante}} \end{array}$$
$$\begin{array}{lcl} \text{LC} & & \text{Ativo Circulante} \\ = & \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Não Circulante}} \end{array}$$

3.3.1 Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

3.3.2 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1 Para fins de comprovação da capacidade técnica, deverão ser apresentados um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

4.2 O referido Atestado/Declaração deverá indicar nome, função, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que possibilite um eventual contato pelo CONTRATANTE.

4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.4 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) comprovar que o licitante já forneceu ao menos 30% (trinta por cento) do quantitativo total previsto para esta contratação.

4.5 Será admitido o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica para alcançar o quantitativo previsto.

4.6 As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se o licitante possui condições técnicas-operacionais para executar a contento todo o objeto do

certame, não só pelo volume considerável da pretensa aquisição, mas, sobretudo, pelo fato deste tipo de objeto estar atrelado à segurança do Policial Militar quando no desempenho de sua atividade fim.

5. COOPERATIVAS

5. Em relação às cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

5.1.1 Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

5.1.2 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764/1971;

5.1.3 Demonstrativo de que qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado;

5.1.4 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

5.1.5 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

5.1.6 O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107;

5.1.7 A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

5.1.8 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.2 Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

a) fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

b) cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

5.2.1 Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não observar o disposto nos dispositivos acima e na legislação em vigor.

5.3 A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

Anexo V Orçamento Estimado PLANILHA
DE FORMAÇÃO DE CUSTOS

À Secretaria de Estado de Polícia Militar - RJ

Local de entrega: Rua Carmo Neto S/N, Cidade Nova/RJ, CEP: 20210-051-
Diretoria de Infraestruturas de Tecnologia (DIT), conforme estipulado no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Computador	UN	75	R\$ 2.181,30	R\$ 163.597,50
2	Computador Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP	UN	25	R\$ 2.181,30	R\$ 54.532,50
3	Dispositivo Óptico de Reconhecimento de Impressão Digital <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100	R\$ 523,15	R\$ 52.315,00
4	Leitor Portátil (RFID)	UN	75	R\$ 1.514,49	R\$ 113.586,75
5	Leitor Portátil de (RFID) Reserva de cota de 25% em favor de ME/EPP	UN	25	R\$ 1.514,49	R\$ 37.862,25
6	Tag RFID - Identificador de Rádio Frequência <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	6400	R\$ 3,00	R\$ 19.200,00
7	Teclado Numérico para Computador <u>Exclusividade em favor de ME/EPP</u>	UN	100	R\$ 35,84	R\$ 3.584,00
-	Eventuais Custos Extras	-	-		
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO		R\$ R\$ 444.678,00			

Validade da proposta: _____ / _____ / _____

Carimbo Padronizado de CNPJ:

(_____) __, de _____ de ____.

Assinatura do responsável pela Empresa:

Observações:

ANEXO VI

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº:		PROCESSO Nº:	
SETOR SOLICITANTE:		ATA Nº:	
ORGAO EMISSOR: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ		FORNECEDOR: C.N.P.J. DO FORNECEDOR	
ENDEREÇO: Rua Evaristo da Veiga, 78 – Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.031-040 C.N.P.J.: 32.690.668/0001-02		ENDEREÇO FORNECEDOR: BAIRRO:	
PRAZO DE ENTREGA: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA			
SETOR DE ENTREGA: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA		CIDADE:	ESTADO: RJ
ENDEREÇO DE ENTREGA: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA		TELEFONE:	Email:
TELEFONE:		DADOS BANCÁRIOS: BANCO: AGÊNCIA: CONTA:	
HORÁRIO DE ENTREGA: 09:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira		OBSERVAÇÕES:	
Autorizamos o fornecimento dos materiais abaixo discriminados mediante condições constantes desta ORDEM DE FORNECIMENTO			

ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO (R\$)	GLOBAL (R\$)
01						
02						
03						
04						
OBSERVAÇÕES:						
<p>Todo material deverá ser entregue na conforme cronograma e locais previstos no Termo de Referência..</p> <p>- O prazo de entrega do objeto desta licitação será conforme Termo de Referência, devendo os itens ser devidamente entregues no local descrito no item acima.</p> <p>- Os produtos deverão ser entregue no local descrito no item acima mediante ordem de fornecimento confeccionada pela Diretoria de licitações e Projetos, conforme dispõe a Ata de registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente.</p> <p>- O fornecimento de todos os materiais deverá ser feito rigorosamente de conformidade com a amostra, devidamente identificada pela comissão, a qual deverá ser desenvolvida quando da entrega do lote, para atestar a conformidade do material.</p> <p>- Todos os itens deverão ser fornecidos em conformidade com o material descrito no Termo de Referência.</p> <p>- Todos os produtos deverão ser fornecidos com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.</p>						
TOTAL: R\$						